

O Materialismo Eliminativo e o Problema Ontológico da Psicologia *

Saulo de Freitas Araujo**

Resumo:

Um dos principais problemas que a psicologia enfrenta diz respeito à definição do seu objeto. Como ainda não há uma resposta definitiva a essa questão, a psicologia tem sua autonomia e identidade constantemente ameaçadas pelas freqüentes propostas de explicação dos fenômenos psicológicos através da neurociência. Nesse sentido, um dos programas de pesquisa mais influentes no debate contemporâneo é o materialismo eliminativo, defendido sobretudo pelos Churchlands. Sua tese central afirma que a nossa concepção tradicional dos fenômenos psicológicos (*folk psychology*) constitui uma teoria defeituosa e radicalmente falsa, que precisa ser substituída por uma nova teoria baseada na neurociência. Entretanto, antes que o materialismo eliminativo se imponha como horizonte teórico para a psicologia, alguns obstáculos metodológicos precisam ser superados. O objetivo do presente artigo é discutir alguns desses obstáculos, especialmente o que nós chamamos de “o paradoxo da eliminação”, que nos parece insuperável.

Abstract:

One of the main problems of psychology relates to the definition of its subject matter. As there is still no ultimate answer to this question, psychology's autonomy and identity have been constantly threatened by frequent proposals of explaining psychological phenomena through neuroscience. In this sense, one of most influent research programs in contemporary debate is eliminative materialism, defended mainly by the Churchlands. Its central thesis claims that our traditional conception of psychological phenomena (*folk psychology*) constitutes a defective and radically false theory, which needs to be displaced by a new neuroscience-based theory. However, before eliminative materialism imposes itself as a theoretical perspective on psychology, some methodological obstacles need to be overcome. The aim of this paper is to discuss some of these obstacles, especially what we call “the paradox of elimination”, which seems insuperable to us.

INTRODUÇÃO

Desde seu nascimento oficial como ciência, no final do século XIX, a psicologia vem enfrentando sérias dificuldades em caracterizar unívoca e precisamente seu objeto de estudo, o que tem gerado uma multiplicidade de conceitos e teorias divergentes ao longo de sua história. Embora tenha sido inicialmente batizada como ciência da vida mental (James, 1890/1978; Wundt, 1896), podemos dizer que os psicólogos nunca entenderam pela palavra ‘mente’ a mesma coisa. Assim, as dificuldades enfrentadas nessa caracterização levaram a uma nova proposta de definição de seu objeto, que passou a ser o comportamento (Watson, 1913). Entretanto, também aqui não se alcançou o consenso esperado, o que se depreende da fragmentação do movimento behaviorista (Chiesa, 1994; Smith, 1986). Com o surgimento das chamadas “ciências cognitivas”, a psicologia readquire seu status de ciência da mente, tentando dar uma nova roupagem a velhos conceitos mentalistas, como, por exemplo, o de ‘representação’ (Gardner, 1985/1995; Stich e Warfield, 1994). Contudo, ao ressuscitar esse vocabulário mentalista, a psicologia traz de volta velhos problemas conceituais por ele engendrados, especialmente o que diz respeito ao estatuto ontológico dos fenômenos mentais.

Toda e qualquer tentativa de se constituir uma ciência psicológica, que tenha como objetivo o estudo dos fenômenos mentais, deve apresentar, antes de mais nada, uma resposta a uma questão fundamental: como caracterizar precisamente o seu objeto de estudo, justificando-se como campo distinto de investigação? Na falta de uma ontologia regional bem definida, a psicologia se vê constantemente ameaçada de perder sua identidade como ciência da mente, na medida em que vão surgindo propostas de explicação dos fenômenos mentais através da linguagem da neurociência (Gazzaniga, 1998) e até mesmo da física quântica (Penrose, 1996/1998).

O objetivo do presente trabalho é apresentar e discutir o materialismo eliminativo dos Churchlands, enquanto tentativa de solucionar o problema ontológico dos fenômenos mentais. Tentaremos mostrar algumas dificuldades presentes nessa proposta, que podem inviabilizá-la. Finalmente, argumentaremos que existe um obstáculo aparentemente intransponível, relativo à impossibilidade de se eliminar a *folk psychology*.

O Materialismo Eliminativo

O materialismo eliminativo consiste na aplicação, à filosofia da mente, de um amplo programa teórico, de natureza interdisciplinar, baseado sobretudo em princípios oriundos da filosofia da ciência e da filosofia da linguagem. Seu ponto de partida pode ser buscado nos três princípios fundamentais daquilo que Paul Churchland (1979, cap. 1) chamou de “realismo científico”: 1) não existe linguagem neutra, ou seja, o ideal de uma linguagem de observação pura, distinta de uma linguagem teórica, é ilusório; 2) todos os juízos de percepção baseiam-se numa teoria e são falíveis; 3) as disputas ontológicas devem ser resolvidas com base no sucesso das teorias.

Se os princípios do realismo científico de Churchland levantam a possibilidade de estarmos enganados em relação à concepção que temos do mundo e, conseqüentemente, de nós mesmos, seu materialismo eliminativo caracteriza-se sobretudo como uma aposta nessa possibilidade, isto é, como uma afirmação da inadequação do nosso vocabulário psicológico popular (crenças, desejos, etc.). De acordo com o próprio Churchland:

“O materialismo eliminativo é a tese de que a nossa concepção de senso comum dos fenômenos psicológicos constitui uma teoria radicalmente falsa, uma teoria fundamentalmente tão defeituosa, que tanto seus princípios quanto sua ontologia serão eventualmente substituídos, ao invés de homogeneamente reduzidos, pela neurociência amadurecida. Nosso entendimento recíproco e mesmo nossa introspecção poderão então ser reconstituídos dentro da estrutura conceitual da neurociência amadurecida, uma teoria que seguramente será muito mais poderosa que a psicologia de senso comum que ela substitui e muito mais substancialmente integrada com a ciência física em geral.” (Churchland, 1981/1990, p. 206)

Para que se tenha uma compreensão mais adequada da proposta eliminativista dos Churchlands, é preciso esclarecer a diferença entre eliminação e redução. O termo ‘redução’ vem sendo utilizado em vários sentidos na literatura científica e filosófica, de forma que é necessário especificar seu sentido no presente contexto, para que possamos posteriormente discuti-lo. De acordo com Nagel (1961/1995, cap. 11), existem dois tipos de redução: a redução homogênea e a redução heterogênea. No primeiro caso, uma velha teoria (T1) é absorvida por uma teoria mais abrangente (T2), e os eventos antes explicados por T1 passam a ser explicados por T2. Além disso, T2 preserva os conceitos de T1, praticamente sem alterar seu sentido. Assim, temos um caso exemplar na história da ciência, em que as leis do movimento dos corpos terrestres, de Galileu, foram incorporadas à física newtoniana, que explicava também o movimento dos corpos celestes.

As reduções heterogêneas acontecem de maneira diferente. O conjunto de fenômenos explicados por T1 passam a ser explicados por T2, que tinha sido inicialmente concebida para lidar com fenômenos qualitativamente distintos dos de T1 e que não inclui os mesmos conceitos de T1. É necessário, nesse caso, introduzirmos regras de correspondência ou leis de ligação (*bridge laws*) – que estabelecem conexões entre os termos característicos de T1 e certos termos ou expressões correspondentes em T2 – para que a redução possa ser efetuada. Há também na história da física um caso exemplar, que é a redução da termodinâmica à mecânica estatística. Todos os fenômenos térmicos passaram a ser explicados por regularidades estatísticas de fenômenos mecânicos e introduziu-se um postulado ligando o conceito de ‘temperatura’ à energia cinética média das moléculas.

É importante estarmos atentos para o fato de que, em ambos os casos de redução, trata-se de uma relação lógica entre enunciados pertencentes a teorias e não entre fenômenos, entidades ou propriedades específicas (Nagel, 1970/1979, p. 97). O objetivo último do ideal reducionista é a unificação explicativa, que pode, conseqüentemente, acarretar uma simplificação ontológica, embora essa última nem sempre seja pretendida. Entretanto, no caso dos fenômenos mentais, encontramos freqüentemente a tentativa de efetuar essa redução ontológica, na afirmação de que eles são idênticos a eventos cerebrais. Aliás, foi por representar esse ideal que a teoria da identidade inspirou a busca de correlatos neurais para todo estado mental e produziu a esperança de que no futuro a neurociência nos proporcionará uma taxonomia que garanta uma correspondência estrita com a taxonomia de nosso senso comum, para que a redução seja bem sucedida.

Tendo em vista essa breve caracterização da redução interteórica, é legítimo agora perguntarmos pela relação entre eliminação e redução. Como os eliminativistas se posicionam frente ao ideal reducionista? Os Churchlands procuram compatibilizar o conceito de ‘redução’ com a idéia de eliminação, ou seja, eles não abandonam o ideal reducionista. O que eles recusam é apenas a necessidade de uma redução (homogênea ou heterogênea) de uma teoria qualquer a uma outra mais abrangente. Segundo eles, é possível que a velha teoria seja eliminada – devido à sua falsidade – ao invés de ser reduzida (Churchland & Churchland, 1990/1998, p. 73). Sob essa ótica, redução e eliminação passam a ser encaradas como dois extremos de um mesmo espectro, que diz respeito à relação entre teorias (pp. 71-72).

Um outro aspecto importante da relação entre eliminação e redução é a ênfase dada pelos Churchlands na questão ontológica. Embora reconheçam que a redução de uma teoria a outra é uma relação lógica, eles apoiam explicitamente tanto a identificação – quando a

redução é feita com sucesso – quanto a eliminação ontológica, nos casos em que a redução não é possível. De qualquer modo, poder-se-ia falar, em ambas as situações, de uma simplificação ontológica, ou seja, de uma economia de entidades (P.S. Churchland, 1986/1993, p. 280).

No intuito de desacreditar nossa linguagem psicológica de senso comum e condená-la ao desaparecimento, os defensores do materialismo eliminativo também recorrem à história da ciência, como no caso da redução interteórica, apontando casos de eliminação categorial e ontológica, em que há o abandono de velhas teorias em favor de outras mais superiores (P.M. Churchland, 1988, p. 44). Nesse sentido, um dos exemplos frequentemente citados é a teoria do flogisto, utilizada para explicar fenômenos como a combustão e a ferrugem. Acreditava-se que quando um pedaço de madeira queima ou uma barra de metal enferruja, isso acontece pelo fato de haver a liberação de uma substância inerente aos corpos chamada flogisto. Mais tarde descobriu-se que ambos os processos ocorrem não devido à perda de alguma coisa, mas sim porque os corpos ganham uma substância advinda da atmosfera, a saber, o oxigênio. Desta forma, o termo ‘flogisto’ não foi identificado ou reduzido a nenhum outro termo da nova teoria do oxigênio, mas foi simplesmente eliminado da ciência, em função de se referir a algo que não existe.

Um outro exemplo mencionado por Churchland, já mais próximo à psicologia, é o da possessão demoníaca. Em séculos passados, casos de psicose e de epilepsia eram considerados uma manifestação do espírito do demônio, que se incorporava nas pessoas. Da mesma forma, considerava-se seriamente a existência de bruxas por toda a parte, responsáveis por comportamentos socialmente indesejáveis. Entretanto, com o avanço de pesquisas e de novas teorias sobre a disfunção mental, ambas as entidades foram eliminadas da ontologia científica, devido à sua inadequação teórica.

Além desses paralelos históricos, que sozinhos constituiriam uma base muito frágil para a tese eliminativista, os defensores do materialismo eliminativo apontam ainda outras razões para o abandono dos princípios e conceitos pertencentes à *folk psychology* - desejo, crença, intenção, medo, esperança, sensação, etc. Em primeiro lugar, há uma incapacidade de explicar vários fenômenos da vida mental que nos são familiares, como, por exemplo, o sono, as doenças mentais, a memória e a aprendizagem. Em segundo lugar, trata-se de uma teoria estagnada, que tem sobrevivido apenas por falta de uma outra melhor. Mas tão logo a neurociência se desenvolva e alcance um alto grau de maturidade, a inadequação de nossas concepções atuais tornar-se-á visível e seremos então capazes de desenvolver um modelo

conceitual compatível com o conhecimento neurocientífico, que nos permita explicar adequadamente nossa atividade cognitiva (pp. 44-45).

Para finalizarmos essa caracterização da relação entre redução e eliminação, que é central para o entendimento do programa eliminativista, resta ainda ressaltar o segundo passo do programa, que consiste em uma aposta no desenvolvimento de uma futura teoria psicológica substancialmente diferente da *folk psychology*, que evolua conjuntamente com a neurociência. É isso que Patricia Churchland (1986/1998, pp. 284-285; 1997, pp. 128-129) chama de coevolução de teorias em níveis distintos (macro e micro). No entanto, como ainda não dispomos de um candidato para substituir a *folk psychology*, não sabemos ainda o quanto da *folk psychology* sobreviverá. É possível que a nova teoria preserve uma parte de nossas atribuições de senso comum. Nesse sentido, seria mais adequado falarmos de um “materialismo revisionista” ao invés de “materialismo eliminativo” (P.M. Churchland, 1988, p. 49; P.S. Churchland, 1997, p. 138).

Obstáculos à Proposta Eliminativista

Uma das críticas mais importantes às pretensões eliminativistas e/ou reducionistas dos Churchlands foi formulada por Robinson (1995). Segundo ele, existe uma grande diferença entre a redução nomológica e a redução ontológica. As reduções nomológicas – que possuem um grande valor e desempenham um papel fundamental na história da ciência – dizem respeito somente ao número ou à natureza das explicações necessárias para certos fenômenos empíricos (p. 3). Trata-se de relações funcionais, expressas por leis como, por exemplo, a lei psicofísica que procura descrever a relação entre o brilho percebido e a intensidade da luz incidente. Essa redução da experiência sensorial a uma lei expressa numa equação não afeta, porém, o plano ontológico, pois a sensação é apenas determinada pela intensidade da luz, mas não reduzida a ela (p. 4). Dizer que uma experiência sensorial é um evento cerebral significa passar do plano explicativo para o plano ontológico. E pelas evidências atualmente disponíveis, o máximo que podemos postular é uma relação funcional do tipo acima descrito, onde uma sensação é uma função de certos eventos neurais (p. 5). Todas as tentativas de redução, até o presente momento, fracassaram. Ao propor então uma redução ontológica, Paul Churchland (1986/1992) estaria dando um passo injustificado. Isso não significa, no entanto, que não haja reduções e eliminações ontológicas na ciência. Robinson admite sua existência – como no caso da identidade ontológica entre matéria e energia e da eliminação do éter e das

bruxas e demônios – mas as considera raras, ainda mais em se tratando da psicologia (p. 7). Em suma, o argumento de Robinson é uma defesa do dualismo de propriedades, segundo o qual os eventos psicológicos podem ser correlacionados mas não reduzidos a eventos cerebrais.

Também relacionado às pretensões ontológicas dos Churchlands, encontramos um obstáculo metodológico, que pode inviabilizar o programa eliminativista. Trata-se do problema das neuroimagens, que se tornaram, ao lado dos estudos de patologias e lesões cerebrais, o principal instrumento de investigação na neurociência cognitiva. Contudo, apesar do progresso tecnológico vir propiciando aos neurocientistas um monitoramento cada vez mais acurado da atividade cerebral durante certas operações cognitivas – o que tem levado a descobertas de grande importância – as inferências que procuram atribuir função a certas estruturas revelam-se ainda extremamente problemáticas e podem gerar, se feitas de maneira leviana, um perigoso localizacionismo mentalista (Sarter, Berntson & Cacioppo, 1996). Como o estabelecimento de relações entre estrutura e função depende tanto de estudos top-down quanto de estudos *bottom-up*, é preciso haver uma maior integração conceitual de ambos os níveis de análise, para que as evidências possam ser interpretadas de uma maneira mais consistente.

Os neurocientistas precisam superar ainda um obstáculo de natureza empírica, também relacionado às neuroimagens. Consideremos, por exemplo, um grupo de pessoas submetidas a sessões de neuroimagem para a identificação de padrões de atividade cerebral relacionados a tarefas matemáticas. Suponhamos que, ao final das sessões, os resultados sejam apresentados a todos os participantes, sem que lhes seja dito qual é a neuroimagem relacionada a cada um. Podem essas pessoas identificar, sem a ajuda do neurocientista, seu próprio cérebro? Caso contrário, quais seriam as evidências que nos permitiriam defender a possibilidade futura de uma introspecção direta de nossos próprios estados cerebrais, como fazem os eliminativistas? Por outro lado, o que essas neuroimagens indicam a respeito dos conteúdos das operações matemáticas de cada uma das pessoas? Seria possível alcançarmos os conteúdos particulares da experiência subjetiva alheia, a partir de neuroimagens e de quaisquer outros instrumentos neurocientíficos? A lição a ser extraída desse exemplo é que a neurociência precisa superar esse obstáculo empírico, se quiser explicar aspectos fundamentais de nossa vida mental. Aliás, a redução do mental ao cerebral só pode ser consistentemente defendida caso a neurociência consiga fornecer uma equivalência satisfatória entre as perspectivas subjetiva e objetiva. Isso não nos permite concluir, como já havia afirmado Nagel, pela falsidade do fisicalismo. No

entanto, é um indicador sólido da incapacidade atual da neurociência de explicar uma das principais características de nossa experiência.

Ao buscarmos, porém, uma solução para esse problema empírico, defrontamo-nos novamente com um obstáculo metodológico. Na medida em que a complexidade das investigações vai aumentando, os pesquisadores passam a necessitar cada vez mais dos relatos introspectivos dos próprios sujeitos experimentais. Ora, considerando que ainda não há uma outra linguagem que possa substituir a *folk psychology* e corrigir sua vagueza, essas pessoas serão obrigadas a utilizá-la em seus relatos, o que certamente vai ter influência na interpretação dos resultados da neuroimagens. É fácil perceber, portanto, que o eliminativismo nos conduz a um grande paradoxo, que chamaremos aqui de o “paradoxo da eliminação”, isto é, para eliminarmos a *folk psychology* de nossa futura teoria científica da mente, seria necessário utilizarmos a própria *folk psychology* para que os resultados das neuroimagens possam ser interpretados e a nova teoria ser construída. Além disso, ainda que se elaborasse uma outra teoria, ela herdaria a vagueza da *folk psychology* que os Churchlands pretendiam eliminar. A nosso ver, é impossível escapar desse paradoxo, enquanto a eliminação se basear nos métodos atuais de investigação na neurociência, como é o caso dos Churchlands.

CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, gostaríamos de enfatizar a ambigüidade presente na posição dos Churchlands em relação ao futuro do materialismo eliminativo/revisionista. Em primeiro lugar, a falta de decisão entre a eliminação total e a revisão acaba se constituindo numa estratégia de defesa contra qualquer argumento dirigido especificamente a uma das duas opções, tendo em vista o apelo constante a um futuro indeterminado. Com o passar do tempo, porém, essa estratégia torna-se problemática. Já se passaram vinte anos desde a implantação do programa eliminativista, sem que tenha havido um caso sequer de eliminação ou redução bem sucedida. Até quando devemos esperar? Em segundo lugar, essa ambigüidade não nos impede de demonstrar que, independente da decisão que eles venham a tomar, eles enfrentarão sérias dificuldades. Se eles optarem pela eliminação, terão que superar todos os obstáculos acima referidos, incluindo o paradoxo da eliminação, que pode se tornar um obstáculo intransponível. No entanto, se eles abandonarem a tese eliminativista em favor de uma revisão reducionista, eles passam a enfrentar os velhos problemas da teoria da identidade,

dos quais eles pretendiam se livrar. Deste modo, os Churchlands parecem encontrar-se numa situação muito embaraçosa: para que sua proposta seja inovadora, é preciso defender a eliminação, que, como vimos, envolve inúmeros obstáculos. Contudo, se recuam para o revisionismo, que envolve a redução parcial de alguns conceitos, então sua proposta deixa de representar uma ruptura radical com a teoria da identidade e passa a conviver também com as dificuldades enfrentadas por ela, sobretudo no que concerne à amplitude e à vagueza da *folk psychology*.

Notas

* Trabalho apresentado na XXXI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, realizada entre 24 e 27 de outubro de 2001, na cidade do Rio de Janeiro.

** Professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Chiesa, M. (1994). **Radical Behaviorism: The Philosophy and the Science**. Boston: Authors Cooperative.

Churchland, P. M. (1979). **Scientific Realism and the Plasticity of Mind**. Cambridge: Cambridge University Press.

Churchland, P. M. (1988). **Matter and Consciousness**. Rev. ed. Cambridge, Mass.: The MIT Press.

Churchland, P. M. (1990). **Eliminative materialism and the propositional attitudes**. Em W. Lycan (org.), *Mind and Cognition* (pp. 206-223). Oxford: Blackwell (Trabalho original publicado em 1981).

Churchland, P. M. (1991). **Folk psychology and the explanation of human behavior**. Em J.D. Greenwood (org.), *The Future of Folk Psychology: Intentionality and Cognitive Science* (pp. 51-69). Cambridge: Cambridge University Press.

Churchland, P. M. (1992). **Some reductive strategies in cognitive neurobiology**. Em A Neurocomputational Perspective (pp. 77-110). Cambridge, Mass.: The MIT Press (Trabalho original publicado em 1986).

Churchland, P. M. (1997). **Folk psychology**. Em S. Guttenplan (org.), *A Companion to the Philosophy of Mind* (pp. 308-316). New York: Oxford University Press.

Churchland, P. M. e Churchland, P. S. (1998). **Intertheoretic reduction: a neuroscientist's field guide**. Em *On the Contrary: Critical Essays, 1987-1997* (pp. 65-79). Cambridge, Mass.: The MIT Press (Trabalho original publicado em 1990).

Churchland, P. S. (1997). **Can neurobiology teach us anything about consciousness?**. Em N. Block, O. Flanagan e G. Güzeldere (orgs.), *The Nature of Consciousness* (pp. 231-254). Cambridge, Mass.: The MIT Press.

Churchland, P. S. (1998). **Neurophilosophy**. Cambridge, Mass.: The MIT Press (Originalmente publicado em 1986).

Gazzaniga, M. (1998). **The Mind's Past**. Berkeley: University of California Press.

James, W. (1978). **Principles of Psychology**. Chicago: Enciclopedia Britannica (Originalmente publicado em 1890).

Nagel, E. (1995). **The Structure of Science**. 5th ed. Indiana: Hackett (Originalmente publicado em 1961).

Nagel, E. (1979). **Issues in the logic of reductive explanations**. Em *Teleology Revisited and Other Essays in the Philosophy of Science* (pp. 95-117). New York: Columbia University Press (Trabalho original publicado em 1970).

Penrose, R. (1998). **A física e a mente**. Em M. Longair (org.), *O grande, o pequeno e a mente humana* (R. L. Ferreira, Trad.) (pp. 105-152). São Paulo: EDUNESP (Trabalho original publicado em 1996).

Robinson, D. (1995). **The logic of reductionistic models**. *New Ideas in Psychology*, 13 (1), 1-8.

Sarter, M., Berntson, G. e Cacioppo, J. (1996). **Brain imaging and cognitive neuroscience**. *American Psychologist*, 51 (1), 13-21.

Smith, L.D. (1986). **Behaviorism and Logical Positivism: A Reassessment of the Alliance**. Stanford: Stanford University Press.

Stich, S.P. e Warfield, T.D. (orgs.) (1994). **Mental Representation: A Reader**. Oxford: Blackwell.

Watson, J.B. (1966). **Psychology as the behaviorist views it**. Em R.J. Herrnstein e E.G. Boring (orgs.), *A source book in the history of psychology* (pp. 507-515). Cambridge, Mass.: Harvard University Press (Trabalho original publicado em 1913).

Wundt, W. (1896). **Grundriss der Psychologie**. Leipzig: Wilhelm Engelmann.